

Fiúza deixa perguntas sem respostas na CPI

■ Deputado estava tranqüilo e levou declarações de renda dos últimos 10 anos, mas se embaraçou diante de alguns documentos

BRASÍLIA — Em mais de dez horas de depoimento, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), relator do Orçamento de 1992 e acusado pelo economista José Carlos Alves dos Santos de integrar o esquema de corrupção na Comissão do Orçamento, frustrou as expectativas dos parlamentares da CPI do Orçamento, por causa da segurança e firmeza de suas respostas. Mas Fiúza deixou algumas perguntas sem respostas e hesitou ao responder outras.

“O ideal seria que esse depoimento tivesse sido realizado numa fase mais adiante, quando a CPI teria mais provas”, admitiu o deputado José Genoíno (PT-SP). “Nós queríamos adiar esse depoimento, mas houve resistências na comissão”, queixou-se, desolado, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). “Acho que enviamos a intimação para o endereço errado, deve ter ido parar no Vaticano porque quem compareceu aqui foi São Fiúza”, comentou outro parlamentar. Fiúza, ao contrário de João Alves, prestou juramento de falar a verdade perante a CPI.

Organizado, munido de farta documentação de sua vida pessoal e empresarial e demonstrando amplo conhecimento sobre a mecânica do Orçamento, Fiúza só não se saiu melhor porque deixou perguntas sem respostas e hesitou em outras vezes. O momento mais embaraçoso para o ex-ministro da Ação Social foi quando o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou documentos contrariando declarações de Fiúza de que não havia alterado o Orçamento após aprovado pelo plenário do Congresso e que jamais teria se utilizado de seus cargos públicos para obter favores pessoais.

Fax — Suplicy começou repetindo trechos da inquirição que o próprio Fiúza fez a José Carlos sobre a votação do Orçamento em 1991 para em seguida apresentar um documento encontrado na casa do ex-assessor da Comissão de Orçamento. “Neste fax, de 20 de janeiro de 1992, o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) pede a José Carlos que acrescente 650 milhões de cruzeiros a emenda (R00817-3), destinada ao projeto Pirapama em Recife, e que já tinha assegurado 2 bilhões de cruzeiros.” Fiúza ficou sem saber o que dizer e pediu uma cópia para enviar a resposta por escrito. Ao longo do depoimento, Fiúza usou este expediente várias vezes.

“Vossa Excelência é realmente meu superego”, iniciou Fiúza ao responder a outra indagação do senador petista sobre um empréstimo de US\$ 1,5 milhão, que tomou em maio de 1991 na CEF para uma de suas empresas, quando era líder do governo Collor. Fiúza começou dizendo que o fato não envolvia exploração de prestígio porque o financiamento foi feito a juros de mercado, não tendo qualquer subsídio. “Se o débito já está em US\$ 4 milhões como o senador informa, está claro que não houve nenhum favor”, respondeu Fiúza.

Ironia — A ironia também foi a arma usada por Fiúza quando o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) o questionou sobre um bilhete encaminhado a seu chefe de gabinete no Ministério da Ação Social, Maurício Vasconcelos, recomendando que ele fizesse gestões junto a José Carlos, então diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU). Fiúza explicou que com o Orçamento contingenciado era normal que ele pedisse seu descontingenciamento e que as liberações fossem feitas para as “entidades atendidas tradicionalmente”. “Se algumas entidades foram preservadas é porque eram necessárias, porque eram justas. Não é possível que, se é que esse acordo existiu, todas as obras fossem inúteis”.

No depoimento, Fiúza admitiu que como ministro atendeu entidades que faziam parte das listas de João Alves em anos anteriores, ao mesmo tempo em que negou participar de qualquer esquema.

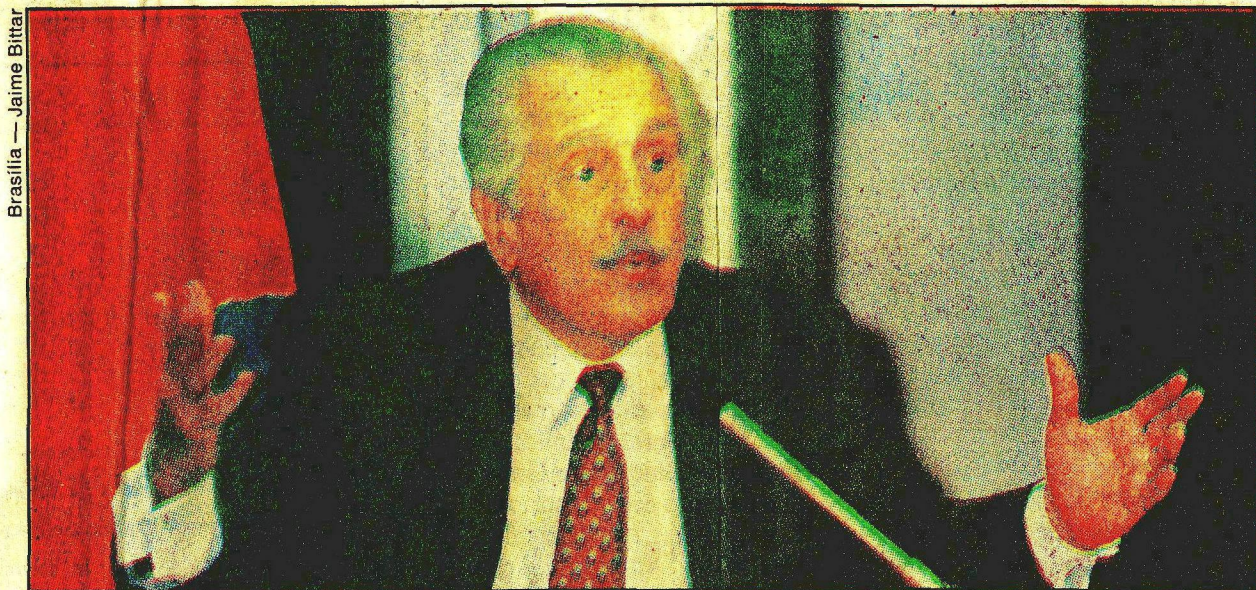
Fiúza chegou ao plenário do Senado, onde foi realizado o depoimento, às 9h04, mas a sessão só começou às 9h43 por causa de falta de energia elétrica no plenário. Durante três horas, fez uma exposição detalhada de sua atuação como relator da Comissão de Orçamento e ministro da Ação Social do governo Collor.

Assessorado pelo próprio filho, Ricardo Fiúza Filho, o deputado apresentou um calhamaço de documentos, que incluía suas declarações de renda e seus extratos bancários dos últimos dez anos.

Antes de entregar os balancetes e documentos que comprovam a evolução patrimonial de suas quatro empresas, Fiúza fez uma indagação: “A quem vou responsabilizar judicialmente se esses documentos vazarem e acabarem com a minha vida, de minha família e das minhas empresas?”. O presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA) respondeu rápido: “O sigilo foi transferido a nós. Qualquer vazamento, vossa excelência pode começar por processar a CPI”.

Imprensa — Durante as três horas de exposição inicial, Passarinho tentou por diversas vezes que Fiúza resumisse seu discurso. “Não posso, é a minha vida que está em jogo”, respondia o deputado. Nessa fase do depoimento, as maiores críticas de Fiúza foram dirigidas às denúncias publicadas contra ele pela imprensa.

Nos momentos mais inflamados de suas respostas olhava fixo para as lentes de televisão e, pausadamente, dava suas respostas. Foi assim, por exemplo, quando defendeu que o Congresso não fosse confundido com as irregularidades que estão sendo investigadas. “Não estou pedindo para me defender. Defendam o Congresso brasileiro. É mentira que aqui se faça orçamento a toque de caixa, é mentira que o orçamento seja feito para atender a interesses pessoais. O Congresso merece respeito. Não merecem alguns poucos que se beneficiaram”, disse, encarando as câmeras.



Calmo na maior parte do depoimento, Fiúza só se alterou com as perguntas feitas por Aloizio Mercadante

Brasília — Jaime Bittar